

minhas advertências já preocupadas com as soluções adotadas, quando enormes prejuízos se desenhavam com os erros cometidos. Outros vitoriosos patriotas me acompanharam nessa inglória tarefa de alertar o Poder Público pelos equívocos telosamente cometidos.

Agora, inspirado no magnífico trabalho jornalístico de Manoel Dutra, "Cultura da Juta Ameaçada", volto a denunciar um verdadeiro atentado contra a economia da região, quando a orientação imprimeada pelos órgãos responsáveis do Ministério da Agricultura, inexplicavelmente, desaconselham o plantio da substancial fonte de exportação — a juta.

Fasmem os Srs. Deputados que o Banco do Brasil simplesmente desaconselhou o plantio da juta. Em consequência, a Base Física do Ministério da Agricultura reteve os estoques de sementes que normalmente são distribuídas aos juteicultores, como parte dos estímulos oferecidos àqueles plantadores.

Apenas para se dar uma idéia do enorme prejuízo para a economia da região, basta a revelação de alguns dados.

No último ano de 1977, a Base Física, situada a 6 km do centro da cidade de Alenquer, é único órgão distribuidor de sementes, distribuiu, a preço razoável, cerca de 500 toneladas de sementes de juta aos produtores do Pará e Amazonas. No presente ano de 1978, apenas 147 toneladas foram destinadas, sendo 177 para o Estado do Amazonas e apenas 30 para o Pará. Em contrapartida, permanecem em estoque, no depósito de Alenquer, cerca de 600 toneladas da preciosa semente, avaliada em 7 milhões de cruzeiros, cujo aproveitamento no prazo de um ano apresenta sérias dúvidas.

O resultado de toda essa irregularidade está em que a produção de juta deverá sofrer o decréscimo da ordem de 50% em relação ao ano de 1977. Trocando em números, no ano de 1977 a produção de fibra foi da ordem de 10 mil toneladas; para este ano, 1978, nas mesmas condições, estima-se a produção em cerca de 4.950 toneladas. Não se está aqui levando em conta o fator negativo das cheias dos meses de janeiro e fevereiro, que poderá influir de forma decisiva na safra local, o que poderá levar a produção a se igualar à de 1974, considerada a pior safra dos últimos 20 anos, quando não ultrapassou a casa de 3.200 toneladas de fibra.

A inconsistente explicação para a malsinada política dos órgãos do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil reside na má qualidade da fibra produzida durante o chamado plantio da lama. Isto é, a semeadura nas terras mais baixas, no momento em que a vazante descobre o solo.

Ora, como bem esclarece um dos mais experientes e antigos produtores de fibra da região, Kófei Tuji, membro de família japonesa responsável pela introdução da cultura da juta na Região amazônica há cerca de 45 anos, o que ocorre é que, sem orientação técnica e assistência, os juteicultores atrasam o plantio da lama e assistem à invasão dos roçados quando a planta ainda não atingiu a idade madura para o corte. Assim, não apenas perdem grande parte do roçado, como também a produção salva é de má qualidade, com a fibra impermeada de cascas e nós das lâsteas, impréstatível para a industrialização.

E o que fez o Ministério da Agricultura, aconselhado pelo Banco do Brasil? Simplesmente, ao invés de auxiliar os juteicultores no sentido de lhes fornecer meios mais substanciais de plantio e de oferecer a indispensável assistência técnica através de ensinamentos de como plantar, quando plantar e como obter melhores resultados, negou-lhe meios de fazê-lo e como fazê-lo, diminuindo-lhes o fornecimento de sementes. Os resultados dessa política são os mais desastrosos, catastróficos e desanimadores para a economia do meu Estado.

Como bem preconiza o Sr. Kófei Tuji, o Ministério da Agricultura deveria, antes de desestimular o plantio da lama, antecipar a distribuição da semente e desenvolver um trabalho racional de orientação técnica de como obter melhores resultados.

E argumenta que, no ano passado, 1977, cerca de 60% da safra resultou da lama. Desta forma, haveria então duas safras: uma resultante da semeadura nas terras baixas imediatamente após a baixada das águas; outra nas terras mais elevadas, resultando daí a alternativa para um inverno escasso em chuvas.

As consequências de ordem social não tardam. Em decorrência da má produção, são ainda castigados os plantadores com a redução de financiamentos, o que facilita sobremaneira a proliferação dos atravessadores que conseguem financiamentos de bancos e intermediários com os desesperados e desesperançados juteicultores, que empenham sua produção antes mesmo da semeadura. O aviltamento do pequeno e médio produtores se concretiza a passos largos. Daí a fuga dos frustrados plantadores para os grandes centros em busca de novas aventuras, muitos abandonando famílias inteiras, constituídas de mulheres, velhos e crianças e que, por sua vez, buscam emprego na colheita de melancia, mamão, milho, mandioca etc., como tábua de salvação, como é comum no sofrido interior do meu Estado.

Esse, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o quadro falado, melanólio, que trago para conhecimento desta Casa. Esse, o quadro lastimável em que se encontra o sofrido juteicultor; esse, o quadro real dos negros dias que vivemos!

**O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, reiteradas vezes, através dos anos, tenho ocupado esta tribuna para evidenciar a imperiosa necessidade de o Distrito Federal contar com uma Câmara de Vereadores ou Assembléia Legislativa.

Ontem, o eminente Senador Cattete Pinheiro reivindicou para a Capital da República uma representação política no Senado Federal. Apoiamos todas as iniciativas neste sentido e consideramos um erro gravíssimo não ter sido, até hoje, tomada qualquer providência neste particular. Todos sabem que o Governo do Distrito Federal dispõe de recursos apreciáveis e, praticamente, ninguém fiscaliza a sua aplicação. Existe a Comissão do Distrito Federal, constituída de eminentes Senadores, mas S. Ex.<sup>ma</sup>, que só no fim do ano recebem um relatório, apesar da boa vontade e da honestidade, dificilmente podem executar eficiente fiscalização. Ademais, o dinheiro público é aplicado ao bel-prazer do Governador. Todos sabem que, há algum tempo, 80 trações foram adquiridas pela administração local sem ao menos haver uma licitação.

Sr. Presidente, quanto aos terrenos vendidos atualmente no Distrito Federal, nada sabemos até hoje, pelo menos que seja do conhecimento desta Câmara, sobre a aplicação desses fabulosos recursos arrecadados.

Por outro lado, Sr. Presidente, Brasília é uma das cidades mais sujas que conheço no mundo inteiro. Aliás, só há uma que é mais suja: Nova Iorque. O mato está tomando conta das quadras, por exemplo, da 714 — Sul, que, em outros tempos, era uma quadra-modelo. O replantio de árvores na Capital da República, pelo menos na 714, é simplesmente vergonhoso.

Sr. Presidente, não temos nada contra o Governador da cidade. Pelo contrário, aplaudimos todas as obras que S. Ex.<sup>a</sup> está realizando, mas é indispensável que se saiba como é aplicado o dinheiro do povo. E por isto o Poder Público, o Governo da República deve, o quanto antes, providenciar o envio de matéria para esta Casa criando ou uma Câmara de Vereadores ou uma Assembléia Legislativa, para que os atos do Governo do Distrito Federal sejam fiscalizados e haja melhor planificação quanto à aplicação dos recursos na Capital da República.

**O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados a eletrificação rural no Rio Grande do Sul terá considerável impulso com a decisão das cooperativas de aplicarem, até março de 1979, mais de Cr\$ 300 milhões, dentro do programa nacional liderado pelo Grupo Executivo de Eletrificação do Ministério da Agricultura. O plano de investimento daquelas entidades foi aprovado durante a assembléia geral ordinária realizada na sede da FFCOERGS. O Presidente da entidade Sr. Seno Dreyer, disse que, apesar das dificuldades de recursos, as cooperativas gaúchas — em número de 180 — pretendem levar a eletrificação, este ano, a mais 12.743 propriedades, utilizando recursos provenientes do GEER em convênio com o Banco Interamericano do Desenvolvimento.

De acordo com a programação das cooperativas, em 1978 deverão ser concretizados 200 projetos, atingindo mais de 12 mil associados da FFCOERGS e beneficiando 81 mil pessoas. Os projetos, já em andamento, atingirão 89 Municípios numa extensão total de 6.398,273 quilômetros para um consumo anual de 44.351.000 kWh. A zona rural do Rio Grande do Sul terá, com esse impulso na política de eletrificação, um fator básico para seu desenvolvimento. Durante muito tempo esperava-se por uma distribuição mais efetiva e extensa de eletricidade na zona rural, na maior parte carente desse tipo fundamental de energia. Grande parte do nosso subdesenvolvimento tem como origem o isolamento das populações rurais, que, não possuindo energia elétrica, vivem num ritmo defasado, distanciadas que se encontram dos progressos tecnológicos e sem maior participação nos grandes avanços realizados nas áreas urbanas.

Essa nova injeção de recursos para intensificar o programa de eletrificação rural no Rio Grande do Sul terá os melhores e mais concretos resultados, diminuindo o êxodo rural e aumentando a produção desse setor vital para a economia gaúcha.

**O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, se existe neste País alguém que não se orgulha de estar hoje na situação a que foi relegado, pelo simples fato de haver dedicado mais da metade de sua vida à causa pública, esse alguém é, sem dúvida nenhuma, o servidor aposentado.

Porque, Sr. Presidente, depois de um longo período de atividade inteiramente voltada para os interesses do Estado, a grande maioria dos servidores é, por assim dizer, "encostada", "arquivada", re-